

# Contexto Regional

- ✓ descrição da área de influência
- ✓ uso e ocupação do solo e principais atividades econômicas
- ✓ caracterização da população
- ✓ características culturais
- ✓ Infra-estrutura disponível para apoio à unidade
- ✓ ações ambientais exercidas por outras instituições
- ✓ apoio institucional

## ENCARTE 4 - CONTEXTO REGIONAL

Este encarte apresenta uma análise da Área de Influência e da Zona de Amortecimento da UC. O objetivo é caracterizar a região onde a Unidade está inserida, identificando sua influência sobre a UC em forma de ameaças e oportunidades.

### 4.1 Identificação da Área de Influência e da Zona de Amortecimento

A Área de Influência é composta pelos municípios de Japurá, Tefé e Marabá, bem como Vila Bittencourt. Este Área abrange ainda as Terras Indígenas Paraná Boa Boa e Uneluxi, bem como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável Estaduais Mamirauá e Amanã. A Zona de Amortecimento corresponde a uma faixa de 10 km em torno da Unidade, abrigando parte das Terras Indígenas Paraná Boa Boa, situada à margem esquerda do rio Japurá de áreas com floresta de terra firme ao longo do limite da UC e ao sul atingindo a margem esquerda do rio Içá.

A Área de Influência e a Zona de Amortecimento da UC podem ser melhor visualizada no Mapa específico.

### 4.2 Caracterização da Área de Influência e da Zona de Amortecimento

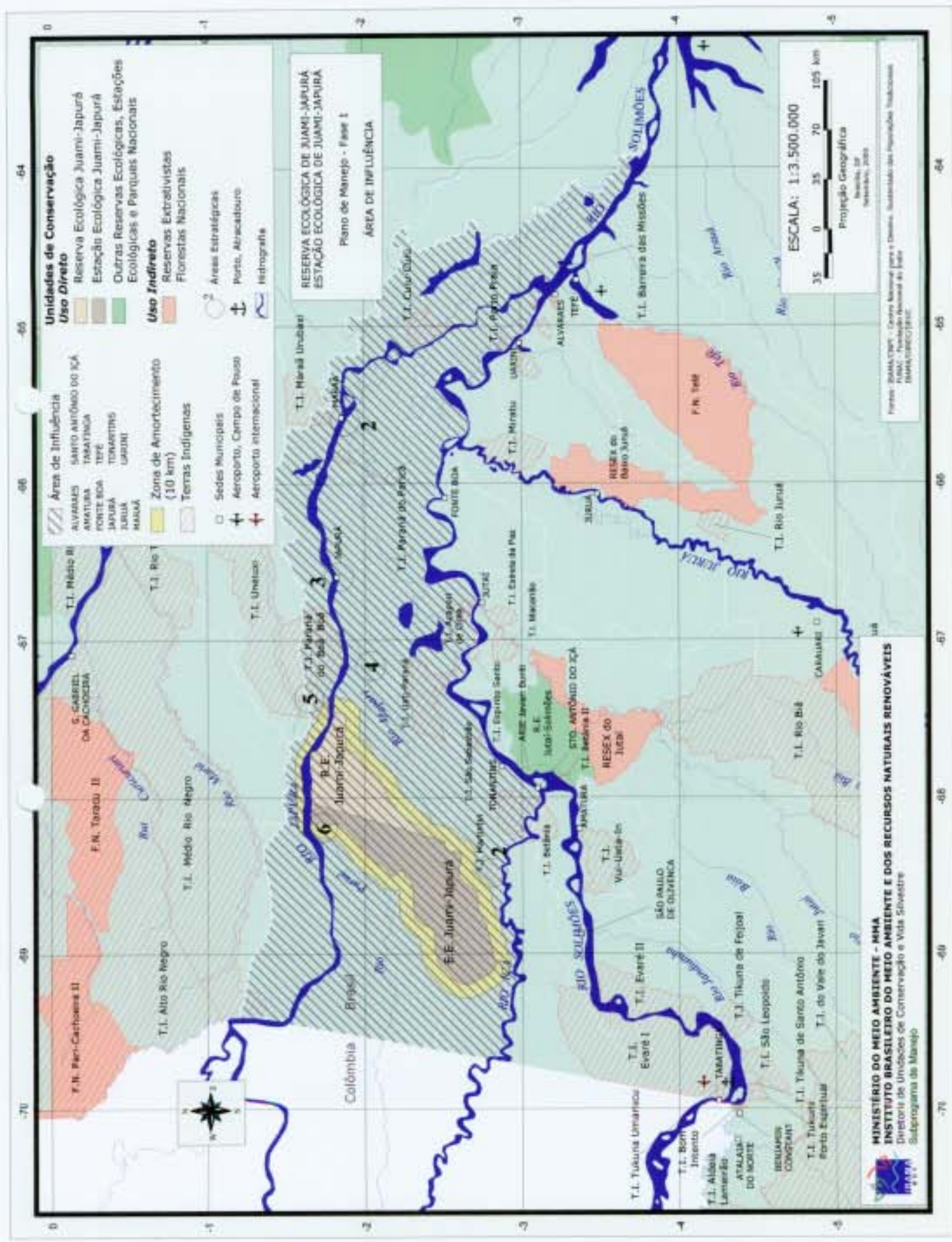
Os municípios da Área de Influência estão todos situados às margens do rio Japurá, sendo que Tefé situa-se nas margens do Lago Tefé, próximo à foz do rio Japurá.

O município de Japurá detém a maior área como pode ser observado no Quadro 4.1, com cerca de 56.042 km<sup>2</sup>.

Quadro 4.1: Dados dos três municípios que compõem a Área de Influência da Unidade.

Municípios	UF	Tamanho Km <sup>2</sup>	Latitude UTM	Longitude UTM	Distância de Manaus (Km)
Tefé	AM	22.904	-3.35417	-64.71139	663 via fluvial
Marabá	AM	16.986,2	-1.85611	-65.58111	920 via fluvial
Japurá	AM	56.042,9	-1.82611	-66.59889	1.193 via fluvial

FONTE: IBGE, 1996.



### **Municípios que estão inseridos na Área de Influência**

O município de Tefé foi criado pela Lei de 06 de junho de 1.757, pelo Ministro do Reino, Marquês de Pombal.

Localiza-se na região do Médio Solimões e faz parte da microrregião 09 na classificação do IBGE. É uma área central do Estado do Amazonas, distante cerca de 516 km em linha reta para oeste e 663 km, por via fluvial da capital do Estado, cuja ligação se faz através de barcos (Recreios) que circulam diariamente, ou por via aérea com vôos domésticos regulares.

Vila Bittencourt é uma vila militar e localiza-se na divisa com a Colômbia, margem do rio Japurá, abrangendo o Comando de Fronteira Solimões, 8º Batalhão de Infantaria de Selva e está subordinado diretamente à Tabatinga. Esta vila, dista da UC cerca de 12 horas em barco recreio pelo rio Japurá. Mantém cerca de 600 pessoas entre civis e militares, com serviços médicos e odontológicos para as primeiras necessidades. Possui uma pista de pouso e o serviço de comunicação é feito pelo sistema de rádio do Exército Brasileiro. A agricultura local é de subsistência e a pesca é a principal atividade econômica na região.

O município de Japurá, localizado na região do Triângulo Jutaí-Solimões e Juruá, dista 737 km em linha reta de Manaus e 1.193 por via fluvial, inicialmente foi fundado mais à jusante da atual sede. No entanto, foi transferido para um local mais alto que não corre risco de inundação anual, sendo o centro urbano mais próximo da UC. Apresenta em média 0,11 habitantes/km<sup>2</sup>. De Japurá até a UC, gasta-se pelo menos 4 horas de barco com motor de popa de 60 Hp de potência.

A Lei Orgânica do Município de Japurá foi publicada em 12 de outubro de 1990 pelo Diário Oficial do Estado do Amazonas, número 27.072, a qual fornece as diretrizes do município. O Capítulo II desta lei trata da Política do Meio Ambiente que se encontra transcrito no Anexo XII.

Cabe ressaltar que, toda Unidade de Conservação e a Zona de Amortecimento encontra-se dentro do município de Japurá.

O município de Maraã localiza-se a cerca de 36 horas de barco regional da UC, distante 635 km em linha reta de Manaus e 920 km por via fluvial. Possui 6 Secretarias Municipais: Saúde, Administração, Educação, Produção, Finanças e Ação Social. Apresenta em média 0,82 habitantes/km<sup>2</sup>.

### **Terras Indígenas que estão inseridas na Área de Influência**

A Terra Indígena Paraná Boa Boa localizada na margem esquerda do rio Japurá em frente à UC, pertence ao grupo indígena Maku Nadeb, cuja população residente é de 105 pessoas (FUNAI, 1993). Está inserida nos municípios de Japurá e Santa Isabel do Rio Negro, sob jurisdição da

Administração Regional da FUNAI em Manaus, estando demarcada e homologada.

A Terra Indígena Uneluxi também localizada na margem esquerda do rio Japurá, contigua a Terra Indígena Paraná Boa Boa, pertence aos grupos indígenas Maku Nadeb e Tukano. Segundo dados da FUNAI (1993) cerca de 604 pessoas habitam esta área, situada no município de Santa Isabel do Rio Negro, estando demarcada e homologada.

### **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDS Mamirauá**

Inicialmente foi criada como Estação Ecologia Estadual Mamirauá, em 1990, pelo Decreto Estadual nº 12.836, de 09 de março de 1990, com área total de 1.124.000 ha, entre a confluência dos rios Solimões, Japurá e o Auati-Paraná. No entanto, a necessidade de criação de um novo modelo de Unidade de Conservação que comportasse o caso de Mamirauá, ou seja, de uma área protegida que concilie os objetivos de preservação da natureza aliada à ações de desenvolvimento sustentável, levou à elaboração de um Projeto de Lei, encaminhado pelo Governo do Estado do Amazonas para aprovação na Assembleia Legislativa Estadual, através do qual o novo tipo de UC, naquela época, foi chamado de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Em 1996, no mês de junho, a nova lei foi promulgada pelo Governador do Estado do Amazonas. Atualmente o SNUC regulamenta esta categoria de manejo de Unidade de Conservação.

Dentro da reserva existe uma área focal de pesquisa de 260.000 ha, formada por 36 comunidade que utilizam-se desta área. Entre os anos de 1993 e 1997 as atividades que seriam realizadas nesta área protegida foram organizadas através de várias reuniões e seminários com a participação da comunidade local devidamente organizada. Anualmente uma assembleia geral com os representantes das comunidades é realizada, tendo como objetivo a discussão e avaliação dos compromissos previamente firmados.

Vários recursos naturais são manejados nesta RDS como o peixe, quelônios, as vazantes, madeira, a palha para artesanato, entre outros.

Dois linhas de trabalho são conduzidas na RDS: extensão e pesquisa. A pesquisa enfoca informações básicas e aplicadas sobre a ecologia das espécies de interesse comercial, fornecendo subsídios técnicos para as atividades de extensão.

Nove núcleos de extensão estão sendo implantados para apoiar as atividades globais na RDS Mamirauá, a saber: saúde, projetos de comercialização de pescados, educação ambiental, integração política, alternativas econômicas, estudos sócio-econômicos, agricultura, ecoturismo e educação.

Em Vila Alencar, uma das principais vilas de dentro da Reserva, são produzidas várias mudas de fruteiras e espécies florestais de interesse

comercial para serem distribuídas às comunidades. Ainda nesta Vila, a Associação de Mulheres de Vila Alencar – AMUVA há dois anos vem desenvolvendo trabalho de gênero, com a produção do artesanato de palha principalmente. Também estão implantando um sistema de horta flutuante, cultivando principalmente, cebolinha, tomate, couve e alface, para comercialização na região.

Outro Setor que está desenvolvendo ações concretas de manejo dos recursos naturais é Jarauá, localizado no rio Japurá, mais à montante de Vila Alencar, também dentro da RDS. O trabalho de ordenamento iniciou com a Igreja Católica com a preservação de lagos e retirada de madeireiros e usurpadores da área, cujas ações foram decididas em assembléias. O Projeto de Produtores do Setor Jarauá, que envolve 4 comunidade, desenvolve a pesca nos lagos permitidos e a venda do pescado diretamente para Tefé e Manaus. Entre as espécies mais comercializadas tem-se o tucunaré, aruanã e o curimatã.

A pesquisa desenvolvida com o pirarucu (*Arapaima gigas*) está orientando os pescadores na manutenção de estoques pesqueiros. Estão implantando a coleta seletiva de lixo e as mulheres produzem o artesanato de barro. O Setor de Jarauá está se organizando para a comercialização do camarão seco, bem como o excedente de farinha e o artesanato.

### **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amaná**

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável localizada nas áreas de várzea da margem esquerda do rio Japurá possui 2.350.000 ha e foi criada por Decreto Estadual em 1998. Apresenta a mesma proposta de ações da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, cuja missão é conservar a floresta de várzea e terra firme da região, através de manejo sustentável.

Atualmente esta RDS está em fase de implantação e recebe apoio financeiro do DFID e do Ministério de Ciências e Tecnologia – MCT. A infra-estrutura da Reserva está sendo implantada na entrada do lago Amaná, ponto estratégico para apoiar as ações de fiscalização e pesquisa.

### **Descrição da Zona de Amortecimento:**

A Zona de Amortecimento é formada por uma bordadura de cerca de 10 km no entorno da UC e, conforme a definição contida na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Zona de Amortecimento, é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Esta Zona acompanha os limites da Unidade e abrange terras da margem esquerda do rio Japurá, da margem direita do rio Puruê e margem esquerda do rio Mapari, como também uma porção da margem esquerda do rio Içá ao sul da UC, como pode ser observado no mapa da Área de Influência e Zona de Amortecimento da UC.

#### **4.2.1 Uso e Ocupação do Solo e Principais Atividades Econômicas**

Entre as atividades econômicas mais intensas na região cita-se a mineração. Nos últimos anos, várias solicitações de licença para extração de seixos, areia e ouro dos rios Japurá e Puruê tem chegado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

As concreteiras de Manaus são os principais consumidores dos seixos e areia vindos da região do Japurá. Segundo informações de técnicos do DNPM, cerca de 5.500 m<sup>3</sup> de seixos foram recentemente apreendidos no porto de Manaus. Este órgão tem trabalhado em estreita relação com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, emitindo licença de mineração de seixos e areia, somente após ouvir o IPAAM.

O município de Tefé apresenta como maior fonte de economia a produção e comercialização de farinha de mandioca, produzida em larga escala e comercializada em Manaus, enviando para esta cidade cerca de 60 a 70 toneladas por semana. A farinha de mandioca é procedente principalmente das seguintes comunidades: Lago Tefé, Agrovila, Igarapé Xidarini, Lago Caiambé, Jutica, Santo Eduardo e Catuá.

Outros produtos agrícolas são vendidos na feira do produtor rural, tais como: macaxeira, milho, feijão de praia, melancia, jerimum, banana, frutas e verduras.

A cidade consome 43 toneladas de carne por mês, sendo 40 originários de outros estados e apenas 3 toneladas oriundas da própria região. A produção de frango caipira é pequena, segundo o Instituto de Desenvolvimento do Amazonas - IDAM existem 900 aves de raça e 3.000 aves caipiras no município com acompanhamento técnico.

A pesca é feita por pescadores associados à Colônia de Pescadores Z-4 e todos os dias o peixe é vendido no Mercado Municipal, cuja média do peso de pescado comercializado diariamente fica em torno de 8 toneladas, de 64 espécies de peixes.

O extrativismo vegetal enfoca a extração de madeiras de lei, beneficiada em estaleiros e serrarias locais. A castanha do Brasil é extraída principalmente em dezembro e vendida para Manaus e Belém, sendo que Tefé é o segundo produtor de castanha do Estado do Amazonas.

### Maraá

A economia do município de Maraá baseia-se na pesca que é feita no rio Japurá e nos lagos próximos, enfocando principalmente o tambaqui, tucunaré, pirarucu e o curimatá. A agricultura praticada é de subsistência e sem expressão econômica.

Segundo informações do vice-prefeito a população de Maraá dobrou nos últimos 10 anos, devido à chegada de novos moradores principalmente pelo impulso econômico dado com a exploração da madeira em tora, sendo que a prefeitura mantém uma serraria e uma movelaria. No entanto, dados sobre o tamanho da área explorada, forma de exploração, cubagem mensalmente retirada, número de pessoas envolvidas nesta atividade e renda gerada, não foram obtidas.

Na serraria é feito carvão e comercializado. Entre as principais madeiras utilizadas na movelaria destacam-se o angelim (*Hymenolobium* spp.) e o bacuri (cf. *Platonia insignis*).

Foi observado no pátio da serraria grande quantidade de toras de jacareúba (*Callophyllum* spp.), cedrão (*Cedrelinga* spp.) de assacu (*Ura crepitans*).

Peixes como a pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e o pintado (*Pseudoplatystoma* spp.) são pescados e vendidos para a Colômbia.

Existe atividade mineral de extração de seixos no Paraná do rio Japurá, próximo à sede do município, no entanto, é feito por empresa particular e não gera nenhum benefício financeiro ou social para a cidade.

Entre os meses de outubro e dezembro a caça é mais intensa e aves como mutum e pato do mato, além de paca, porco do mato, anta e capivara são comercializadas no Mercado Municipal de Maraá.

### Japurá

A produção de alimentos pelas famílias ribeirinhas da região é muito pequena consistindo basicamente em cultura de subsistência. Em geral são roças, variando entre 500 a 1.000 m<sup>2</sup> onde são plantadas predominantemente culturas temporais como mandioca, milho, feijão, melancia e muito raramente arroz.

Anteriormente a extração da borracha da seringa chicote (*Hevea benthamiana*), era feita em larga escala na região de Japurá. Esta espécie de seringueira, apesar de apresentar produção menor que a *Hevea brasiliensis* é comum em áreas sujeitas à inundações constantes. O período de extração da borracha, entre outubro a março em função do movimento das águas, teve



seu auge nas décadas de 70 e 80. No entanto, devido ao baixo preço no mercado nacional e internacional, essa prática extrativista foi esquecida.

A castanha do Para (*Bertholettia excelsa*), embora de ocorrência na região, não é coletada para fins comerciais, em razão do baixo preço e da inviabilidade de coleta em larga escala devido ao ciclo das águas.

A base da economia local é agricultura de subsistência e venda de peixe. A criação de gado é inexpressiva.

A extração de madeira ainda é feita até os dias atuais, principalmente para atender as serrarias de Tefé e Manaus.

Segundo informações locais, existe um tráfico intenso de alevinos de aruanã (*Osteoglossum* sp) retirados dos lagos e rios da região para exportação ilegal para a Colômbia.

Dentre os principais peixes pescados e comercializados citam-se: o matrinxã (*Brycon* spp.), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), pacu (*Mylossoma* spp.), tambaqui (*Colossoma macroporum*), pirarucu (*Arapaima gigas*), tucunaré (*Cichla monoculus*), entre outros.

#### 4.2.2 Dinâmica da População

A população da Área de Influência da UC é composta, na sua maioria, por habitantes da própria região a qual vive quase que exclusivamente de atividades agrícolas e de pesca, destacando-se a cultura da mandioca para a produção da farinha, além das culturas de banana, limão, milho, arroz, melancia, feijão, hortaliças e frutas. Possui um solo propício ao cultivo das atividades agrícolas, principalmente na época da vazante dos rios, locais mais férteis devido aos sedimentos deixados pelas águas.

O maior município da área de influência é Tefé com mais de 70.000 habitantes, sendo que a maioria fica na zona urbana, como pode ser observado no Quadro 4.2.

Quadro 4.2 – Número total de habitantes dos municípios que compõem a área de influência.

Municípios	Total de Habitantes	População Urbana	População Rural
Tefé	71.549	59.012	12.537
Maraã	14.021	3.295	10.726
Japurá	6.264	1.433	4.831

FONTE: SEAD, 1999.

Segundo dados da Secretaria de Estado da Administração, Coordenação e Planejamento - SEAD (1999), a renda per capita média dos municípios de Japurá é de R\$ 399,95/mês.

Em Maraã cerca de 60% dos moradores de Maraã são funcionários públicos. A renda *per capita* estimada dos municípios de Maraã foi de R\$ 194,03/mês.

Segundo a Fundação Nacional de Saúde – FNS é feito o controle de malária constantemente na região.

Entre as principais doenças que ocorrem no município de Maraã cita-se a malária e a diarreia infantil. A leishmaniose aparece eventualmente em casos isolados, como também a hepatite e a cólera principalmente na zona rural.

A Secretaria de Saúde de Maraã mantém um estoque de soro antiofídico para os dois principais grupos de cobras: surucucu e jararaca, antilaquéico e antibotrópico, respectivamente. Mantém ainda soros antiaracnídeo, antiescorpiónico.

A vacinação antitetânica, contra hepatite, febre amarela e dupla viral é feita sistematicamente.

Em Japurá o vetor da malária também é combatido através da fumaça, que quando da viagem de campo o termonebulizador estava quebrado e 8 casos de malária tinham sido diagnosticados em uma semana.

#### **4.2.3 Características Culturais**

##### **Tefé, Maraã e Japurá**

Em Tefé a festa de Santa Tereza d' Ávila que ocorre no dia 15 de outubro comemora a padroeira da cidade. Em 1º de outubro começa a alvorada, com arraial na frente da Catedral, quermesse e venda de iguaria da cozinha local. Nos dias 12, 13 e 14 de outubro as canoas e barcos com peregrinos chegam ao porto em romaria.

Outra festa típica da cidade é a Festa da Castanha que ocorre entre 30 de abril e 02 de maio. Em Caiambé, a região maior produtora de castanha do município de Tefé, tem início a festa, com concurso da rainha, concurso da maior envira de castanheira, menor muda, maior e menor ouriço, feitos artesanais com envira, ouriço e amêndoas. Esta festividade envolve ainda comidas e bebidas típicas. É uma festa de grande repercussão regional considerada a segunda maior festa dessa natureza no Amazonas.

No dia 31 de março é dia de São Bento, padroeiro do castanheiro, sendo feriado em Tefé.

Ocorrem ainda as festas religiosas onde são erguidos mastros como promessa. As mais comuns são: Espírito Santo, São Sebastião, São Tomé (padroeiro do roceiro), Santo Antônio, Santa Luzia, Santa Maria, São Benedito e São Jorge.

A Festa do Divino Espírito Santo é um grande acontecimento na região, inicia-se no Sábado de Aleluia com procissão, rezas, alvoradas, missas, bandeira e estandarte, como também quermesse.

Praticamente todo o folclore de Tefé é originário da cultura indígena. A dança, a música e o teatro surgiram e se desenvolvem com a influência da Igreja Católica, através de padres, freiras e outras autoridades eclesiais que chegaram na região, também recebendo influência nordestina conforme consta em CARBOLIE (1996).

De 26 a 30 de junho é feito anualmente o festival folclórico do município de Tefé, onde são organizados principalmente pelas escolas, há cordões da cidade com quadrilhas.

A brincadeira do Boi Bumba veio com os nordestinos originários do Maranhão e também virou tradição em Tefé.

Em Japurá o festejo da padroeira da cidade, Nossa Senhora Aparecida em 12 de outubro começa com a missa e depois com arraial e baile. A festa do Boi Bumba ocorre entre 20 e 29 de junho, tem cordão na quadra, promovido pela própria comunidade.

Em Maraã o Festival do Boi tem brincadeira e quadrilha, apoiada pela Prefeitura. A festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição ocorre no dia 8 de dezembro. Em 30 de maio é promovido o arraial, o baile e a quermesse em homenagem a Santa Maria.

A Festa da Cidade de Maraã com jogos regionais, gincana, festival, concurso de rainha, comida típica, sorteio de prêmios ocorre no dia 25 de março.

Três Terras Indígenas – TI também fazem parte da Área de Influência da UC e a principal etnia presente é Maku. Duas delas na margem esquerda do rio Japurá: TI Paraná Boa Boa e Uneixi e a outra abrange a sub-bacia do rio Mapari, margem direita do rio Japurá TI Boca do Mapari.

### **Etnia Maku**

Na verdade, eles se dividem em seis grupos distintos, cada qual com seu próprio território, língua e autodenominação.

As seis línguas Maku são aparentadas entre si, formando o que se pode chamar de família lingüística Maku. Até onde se sabe, essa família nada tem a ver com as famílias Tukano ou Arawak.

Os Maku se distribuem numa área limitada a noroeste pelo rio Guaviare (um dos afluentes colombianos do Orinoco), ao norte pelo rio Negro, ao sul pelo rio Japurá e a sudeste pelo rio Uneixi (um dos afluentes brasileiros do Negro). Este losango soma um total aproximativo de 20 milhões de hectares. Evidentemente, nem todo ele é ocupado pelos índios. A alta dispersão espacial dos seis grupos lingüísticos Maku dentro desse vasto perímetro se deve à dominância de enormes áreas de caatinga ou campinarana, um tipo de floresta não ribeirinha, de solo extremamente pobre, pouca variabilidade vegetal e baixa concentração de animais de caça. Os Maku ocupam justamente as "manchas" de floresta de terra firme, onde a caça é mais abundante e a vegetação mais rica em espécies utilizáveis na alimentação ou na confecção de artefatos.

O contato já bastante antigo entre esses povos de origem e línguas diversas, cada qual ocupando faixas ecológicamente distintas, resultou num complexo sistema de trocas comerciais e simbólicas.

Os cerca de três mil Maku se distribuem num vasto território binacional, de modo que é bastante difícil estimar os parâmetros demográficos da população como um todo. Devido ao caráter interfluvial de seu habitat, pouco acessível às frentes pioneiras, aos missionários ou aos pesquisadores, as estimativas anteriores, que variam de 2 a 2.5 mil, são muito precárias e pouco confiáveis, de modo que não servem para se estimar a dinâmica populacional.

A pobreza da campinarana dominante, somada ao caráter encachoeirado dos rios, foi um dos obstáculos à expansão das frentes pioneiras portuguesas e espanholas, que disputavam a região já no século XVII, estabelecendo destacamentos militares em alguns pontos do rio Negro, de onde os nativos eram "descidos" para os centros urbanos emergentes (Barcelos, Manaus e Belém). A partir do século XVIII, intensificam-se os "descimentos", de modo que mesmo os Maku, em seus recônditos territórios interfluviais, tiveram alguns de seus efetivos retidos como escravos. Mas a análise dos documentos coloniais permite afirmar que dentre os indígenas da região eles foram os menos atingidos pelos "descimentos" ou pelas violências decorrentes do ciclo da borracha, ao final do século seguinte. O ciclo da borracha, aliás, foi possivelmente um dos motivos da adoção de práticas agrícolas pelos Maku: refugiando-se nos terrenos interfluviais para escapar ao apresamento praticado pelos seringueiros, os Tukano passaram a conviver mais intensamente com os Maku, ensinando-lhes a agricultura da mandioca, bem como uma série de itens da cultura material e espiritual de que trataremos adiante.

As aldeias Maku tradicionais variam entre 25 e 30 habitantes - cerca de seis grupos domésticos. O grupo doméstico Maku se compõe de marido, esposa ou esposas, filhos solteiros e eventuais agregados, que podem ser parentes próximos, viúvos ou solteiros, do marido ou da esposa ou esposas. Em geral, cada grupo doméstico possui sua própria fogueira, em torno da qual seus membros se reúnem para dormir e comer. Quanto às casas, resumem-se a tapiris sem paredes, podendo abrigar de um a quatro grupos domésticos (fogueiras), ligados por laços próximos de parentesco, que podem ser tanto

patri quanto matrilineares. Uma aldeia de 25 habitantes costuma ter cerca de três casas. Estas se situam numa clareira, no cimo de uma colina, perto de algum igarapé não navegável. As roças se distribuem em torno das casas ou em clareiras próximas (de 5 a 60 minutos de caminhada), que vêm a ser antigos locais de aldeia. Cada grupo doméstico possui em média duas roças de 50 x 50 m, sempre em clareiras comunais.

Em comparação com os vizinhos Tukano e Arawak, os Maku possuem uma cultura material rudimentar na origem: canoas, bancos, rituais, potes de cerâmica, pintura corporal e flautas sagradas de iniciação masculina, entre outros, são itens copiados dos vizinhos. Os itens de origem Maku parecem ser o aturá (um cesto cargueiro bastante resistente) e a zarabatana.

#### **4.3 Potencial de Cooperação Institucional**

Neste item são apresentadas várias instituições que tem potencial de cooperação institucional, com o objetivo de desenvolvimento de ações conjuntas com o IBAMA através de parcerias.

##### **Prelazia de Tefé**

A Prelazia de Tefé, com uma área de atuação de cerca de 256.000 km<sup>2</sup>, envolve em suas atuações 170.000 habitantes dos 7 grandes rios e afluentes: Solimões, Tefé, Jutai, Japurá, Juruá, Biá e Xerua. São 23 terras Indígenas que fazem parte do trabalho desenvolvido pela Prelazia.

A Prelazia de Tefé tem uma longa história de organização das comunidades, de preservação de lagos e educação ambiental, desenvolve há mais de 20 anos várias ações junto às comunidades ribeirinhas na formação de agentes ambientais voluntários.

De periodicidade mensal a Prelazia produz um Boletim que informa sobre as atividades desta instituição, constituindo um grande veículo de informações na região.

Até o momento são 409 Agentes Ambientais voluntários formados pela Prelazia de Tefé, geralmente em conjunto com o IBAMA. Estes agentes atuam na preservação de lagos e no esclarecimento de pescadores. Além do treinamento inicial, estes agentes são reciclados sistematicamente através de cursos que abordam legislação ambiental e conservação do meio ambiente. São formados também monitores jurídicos, que até o momento somam 39 monitores que atuam junto aos juizes, promotores, delegados e demais autoridades, postulando na justiça, através de petições, direitos do povo de cada paróquia.

A Assessoria Jurídica da Prelazia de Tefé orienta índios para postura, respeito e dignidade frente às autoridades. Promovem cursos ao índios, formando agentes ambientais e monitores jurídicos. São promovidos cursos sobre legislação ambiental, organização comunitária, formação de lideranças e monitores jurídicos.

#### **IPAAM: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas**

Tem por finalidade coordenar e executar as Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia.

É vinculado ao Governo do Estado, possuindo uma autonomia administrativa financeira para atender a sociedade nas questões ambientais.

Responde pela Secretaria Executiva do Fundo Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - FUMCITEC, e integra o Conselho Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - COMCITEC, cabendo ao Governador do Estado do Amazonas a presidência do mesmo.

Possui estrutura organizacional composta por duas Diretorias voltadas diretamente à Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, e uma Diretoria Administrativa - Financeira.

#### **Sociedade Civil Mamirauá - SCM**

A Sociedade Civil Mamirauá, criada no início de 1992, é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir para a conservação e preservação dos recursos naturais renováveis, em especial nas áreas de floresta inundada, além de administrar os recursos recebidos para o desenvolvimento de atividades do Projeto e implantação das Unidades de Conservação.

As atividades que estão sendo realizadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amaná são apoiadas e coordenadas pela Sociedade Civil Mamirauá. Vários trabalhos de extensão ambiental estão sendo desenvolvidos junto a comunidade local, através dos seguintes núcleos: Núcleos de Extensão Ambiental: Integração Política, Educação, Apoio à produção Econômica, Alternativa Econômicas, Manejo Florestal Comunitário, entre outros.

#### **Unitefé – União das Nações Indígenas de Tefé**

Esta Organização Não Governamental nasceu das atividades realizadas com as comunidades indígenas do rio Solimões, principalmente com índios "acablocados".

Atuam na orientação das comunidades indígenas nas áreas de educação, saúde e agricultura, sendo também bastante ativa no tocante a demarcação de terras indígenas.

Recebe recursos financeiros do exterior para apoiar projetos de desenvolvimento como também do Projetos Demonstrativos da Amazônia - PDA com o objetivo de reflorestamento e piscicultura.

#### Polícia Federal e Militar

A Polícia Federal mantém uma Delegacia em Tefé a Polícia Militar o 3º Batalhão. Ambas atuam em conjunto com o Escritório Regional do IBAMA em Tefé na coibição do tráfico de drogas e de pescado, bem como em outras atividades de fiscalização. Agentes da Polícia Militar participam nas operações de fiscalização organizadas pelo IBAMA, propiciando proteção ao efetivo do órgão.

#### Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia é uma instituição federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia que tem dado uma importante contribuição ao conhecimento científico e ao desenvolvimento tecnológico da Amazônia. No âmbito da ciência fundamental os pesquisadores do INPA têm se dedicado ao estudo da flora, da fauna e do ambiente onde esses organismos vivem dentro de um equilíbrio dinâmico, do qual depende a existência e a preservação desse fantástico complexo de diversidade biológica. No âmbito do desenvolvimento de produtos e de tecnologia, a contribuição do INPA é bastante ampla, devendo-se somar a esse conjunto, os indicativos de base científica que são os únicos que podem dar suporte às ações e projetos direcionados para o desenvolvimento harmônico da região.

O INPA foi criado em 29 de outubro de 1952, através de um Decreto do Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, porém sua implantação só aconteceu em 27 de julho de 1954. A idéia de se criar um Instituto para estudar a Amazônia era antiga, mas foi no período pós-guerra que se intensificou. A proposta da Unesco em criar o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica - Ilha, encontrou resistência nacionalista no governo de Vargas e o INPA surgiu como uma alternativa brasileira. A instalação do INPA em 1954, foi quase um ato simbólico, pois sua consolidação como instituição científica se defrontou com dificuldades de recursos, pessoal qualificado, inexistência de infra-estrutura para pesquisa além da distância das outras cidades brasileiras, fatores que foram superados nas décadas seguintes até se constituir no que é hoje, um Centro de Excelência em Pesquisas na Amazônia.

A criação do INPA em 1952 teve como finalidade promover "o estudo científico do meio ambiente e das condições de vida da região, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional". Com a realização do planejamento estratégico no ano de 1993, o Inpa ganhou uma nova missão: "Gerar, promover e divulgar conhecimentos científicos e tecnológico da Amazônia, para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, em benefício principalmente da população regional".

#### **Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**

O Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, autorizou a constituição da CPRM, que teve seu primeiro estatuto aprovado pelo Decreto nº 65.058, de 13 de janeiro de 1970, iniciando suas atividades em 30 de janeiro de 1970.

Em 28 de dezembro de 1994, pela Lei nº 8970, a CPRM passa a ser uma empresa pública, com funções de Serviço Geológico do Brasil, sendo seu estatuto aprovado pelo Decreto nº 1524, de 20 de junho de 1995.

A CPRM é uma Empresa Pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia com as atribuições de Serviço Geológico do Brasil. Tem como missão gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico, para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Citam-se as seguintes áreas de atuação: Levantamento Geológico Básico, Levantamento Aerogeofísico Regional, Levantamento Geoquímico Regional, Levantamento Hidrológico Básico, Levantamento Hidrogeológico Básico, Gestão de Informações Geológicas e Hidrológicas, Divulgação de Informações Geológicas.

#### **Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM**

O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, autarquia federal está, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, instituída pelo Decreto nº 1.324, de 2 de dezembro de 1994, na forma da Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994. É dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal e jurisdição em todo o Território Nacional.

O DNPM tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o Território Nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração; o Código de Águas Minerais; os respectivos regulamentos e a legislação que os complementam, competindo-lhe, em especial:



I - promover a outorga, ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;

II - coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;

III - acompanhar, analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;

IV - formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;

V - fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;

VI - fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;

VII - baixar normas, em caráter complementar, e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;

VIII - implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral, necessárias ao planejamento governamental;

IX - baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição;

X - fomentar a pequena empresa de mineração; e

XI - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da garimpagem em forma individual ou associativa.

#### **Universidade do Amazonas**

A Universidade do Amazonas nasceu em 17 de janeiro de 1909 e se chamava Escola Universitária Livre de Manaus, formada pelas Faculdades de Ciências e Letras, Ciências Jurídicas e Sociais, Medicina, Farmácia, Odontologia e Curso de Parteiras.

A partir de 22 de outubro de 1913, passou a se chamar Universidade de Manaus, permanecendo desta forma até 1926.

Com o fim da Universidade de Manaus, algumas unidades isoladas subsistiram como Unidades de Ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado do Amazonas, mas por falta de recursos financeiros, foram aos poucos desaparecendo. Continuou funcionando apenas o Curso de Direito que, em 1949, passou para o âmbito federal, e depois veio a ser incorporado à Universidade do Amazonas.

Na década de 50 foram criadas a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Matemática, Pedagogia, Química) e a Escola de Serviço Social André Araújo, integradas posteriormente à estrutura da Instituição.

Finalmente, em 12 de junho de 1962 foi criada a Fundação Universidade do Amazonas, através da Lei Federal nº 4069-A, de autoria do Senador Arthur Virgílio Filho. Porém, sua instalação deu-se somente em 17 de janeiro de 1965, em homenagem à antiga Escola Universitária Livre de Manaus.

Ao longo desses anos, a Universidade do Amazonas vem se consolidando como principal fonte de conhecimento, pesquisa e extensão. Dedicada, essencialmente, ao desenvolvimento da Região Norte, oferece 33 cursos de Graduação, divididos em três institutos - Ciências Humanas e Letras, Ciências Biológicas e Ciências Exatas, e sete Faculdades: Educação, Tecnologia, Ciências da Saúde, Direito, Ciências Agrárias, Estudos Sociais e Educação Física.

#### **Prefeitura de Tefé (Secretaria de Educação)**

A Secretaria de Educação da Prefeitura de Tefé está implantando o projeto "Educar para a Vida" que prioriza não só os conteúdos da educação básica nacional, mas também integram disciplinas que enfatizem as práticas diversificadas, enfocando o associativismo e a geração de renda. Dentre as práticas ensinadas destacam-se: práticas agrícolas, medicina alternativa (com a utilização de plantas medicinais caseiras e nativas), jardinagem, educação ambiental, ensino religioso sem proselitismo, alimentação alternativa, artesanato (palha, talha e argila), culinária, serigrafia, saúde, canto, dança, artes plásticas, artes marciais, entre outros.

Este projeto apresenta uma alternativa viável e concreta considerando os recursos e as potencialidades da região, com o objetivo de promover atividades de desenvolvimento sustentável, conservação e preservação do meio ambiente.

Entre os objetivos deste programa de educação citam-se: 1) estabelecer a criação de associações, cooperativas, para garantir a irradiação e execução da idéia de desenvolvimento do projeto; 2) treinar interessados, estimulando a implantação e a produção de pecuária; 3) promover o desenvolvimento de fruticultura diversificada (regional e silvestre), baseada em técnicas apropriadas para a região, de forma a introduzir paulatinamente a apicultura;

4) realizar treinamentos e difusão de técnicas de culinária regional; 5) criação de roçado-escolar com consorciação de plantio e formação simultânea de pomar programado, incluindo frutas silvestres; 6) implantação de criação de aves de corte, patos, codornas, galinhas caipiras e coelhos; 7) implantação de criação de suínos; 8) implantar uma Área de Proteção Ambiental – APA, estimulando o uso de plantas medicinais da floresta.

#### **Prefeitura de Japura**

A Prefeitura de Japura atualmente administra o município através de 7 secretarias: Administração, Obras e Serviços Urbanos, Produção, Meio Ambiente e Abastecimento, Educação, Saúde, Ação Social e Finanças.

Ações de parceria poderão ser conduzidas junto às secretarias de Meio Ambiente e Produção para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental e Alternativas Econômicas do entorno da UC.

#### **4.4 Potencial de Infra-estrutura de apoio à Unidade de Conservação**

##### **Tefé**

O Setor Secundário de Tefé é composto por 2 olarias, 2 serrarias, 4 estaleiros, 4 serralherias, 6 mercados, 6 movelarias, 6 padarias e 1 fábrica de tubos para esgoto.

O setor terciário possui 4 hotéis, 2 pensões, 7 restaurantes, 249 comércios varejistas e 8 atacadistas e 9 drogarias.

A Energia Elétrica é fornecida pela Companhia Energética do Amazonas - CEAM tendo 6.398 ligações residenciais e comerciais.

O Abastecimento de água é feito pela Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA com captação do lago de Tefé e vários poços artesanais. Tem dois reservatórios de 227 m<sup>3</sup> cada e 1 outro de 295 m<sup>3</sup> com 7.500 ligações residenciais e comerciais.

A cidade possui uma agência do correio, uma telefônica (TELEMAR) com 7.500 linhas e uma estação da TASA em fase de construção para abrigar o projeto SIVAM.

O atendimento de saúde é feito no hospital por médicos contratados pelo Estados, Município ou pertencentes da 16ª Brigada do Exército.

Há também o posto da FUNASA que atende doenças tropicais, especialmente malária.

Na esfera federal, a cidade conta com a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Tefé. Na esfera estadual as Polícias Civil e Militar promover a segurança da região.

Possui um aeroporto internacional com vôos diários para Manaus, operados pela RICO, companhia regional. A VARIG opera 3 vezes por semana, para Manaus e a TAVAJ de 2ª feira a sábado.

O porto fluvial é bem desenvolvido e diariamente tem barcos recreio partindo para Manaus, saindo às 19:00 horas e chegando em Manaus depois 36 horas de viagem.

Serviço telefônico bem desenvolvido, agência do correio, várias agências bancárias (Banco do Brasil, Banco do Estado do Amazonas – BEA e BRADESCO).

O sistema sanitário de esgoto é fossa séptica e o depósito de lixo municipal é feito em lixões a céu aberto.

Abriga um hospital estadual com 4 médicos.

Conta com 2 cartórios, um fórum, 2 juizes e 2 promotores. Não há escritório da Defesa Civil, uma Delegacia da Polícia Militar com efetivo de 40.

### **Maraã**

Possui 3 escolas urbanas sendo: 2 estaduais e 1 municipal, bem como uma creche. Ao todo existem 83 escolas rurais no município atendendo 96 comunidades. Em 1998, apresentava 4.578 alunos distribuídos nas escolas rurais e urbanas, com 155 professores ativos (SEAD, 1999).

O Hospital estadual da cidade não possui pronto socorro. O setor de internamento conta com 16 leitos, sendo que apenas dois médicos peruanos atendem toda a população da cidade.

Não possui Banco e tampouco posto de atendimento bancário. O serviço de comunicação telefônica é feito por um posto precário.

Apresenta repetidoras de duas emissoras de TV: Globo e Sistema Brasileiro de Televisão - SBT. Existe uma rádio local – Radio Cidade.

O abastecimento de energia elétrica é feito por usina termoeletrica, para mais de 90% da população. São consumidos 62.000 litros de diesel por mês, gerando 340 KVA.

A Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA abastece a população através de 3 poços artesianos produzindo 29.000 m<sup>3</sup> de água. Atualmente são 524 ligações oficiais, no entanto apenas 211 estão ativas pois

a quantidade de água fornecida não é suficiente para a demanda. Está sendo implantando mais poços reservatórios para armazenar cerca de 100 m<sup>3</sup>.

O serviço de hotelaria é feito por uma pousada com 6 quartos.

### Japurá

O município de Japurá conta com 14 escolas na zona rural e 2 escolas estaduais na zona urbana, todas só até a 4ª série primária, exceto uma da zona urbana que atinge até a 8ª série e o segundo grau é feito pelo Telecurso 2000.

Em 1998 os números totais de alunos e de professores chegou a, respectivamente, 2.020 e 64.

Apenas um hospital público atende a população de Japurá, contando com 12 leitos, sendo em média 1 leito para 522 habitantes. Não conta com médico e nem enfermeiros, apenas uma auxiliar de enfermagem faz o atendimento.

Possui uma pousada com 8 quartos com ventiladores e banheiro coletivo. Não apresenta restaurante e nem posto de gasolina.

O serviço de comunicação é feito pelo posto telefônico e dois telefones públicos, um na prefeitura e outro em frente ao cartório.

A pista de pouso é de terra está em condições precárias de manutenção.

Segundo informações da prefeitura, 100% das residências são abastecidas com água do poço artesiano, cujo reservatório é de 15.000 litros.

A cidade já teve posto bancário do BRADESCO que foi extinto e atualmente não apresenta agência bancária. Possui um cartório, um Mercado Municipal e vários comércios de pequeno porte com vendas de secos e molhados.

A cidade conta ainda com duas movelarias particulares e uma serraia da prefeitura.

Possui uma repetidora da TV Globo.

## 4.5 Avaliação Estratégica do Cenário Externo para orientação à atuação da Unidade de Conservação

### 4.5.1 Oportunidades

#### Corredor da Amazônia Central

O Projeto Parques e Reservas: Corredores Ecológicos, componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PP/G7, tem como objetivo principal a conservação *in situ* da biodiversidade das florestas tropicais do Brasil, através da integração de unidades de conservação públicas e privadas em corredores biológicos.

Este Projeto procura integrar o conceito de corredores tropicais no sistema de gerenciamento de áreas protegidas em nível federal, estadual e municipal e privado, estruturando um conjunto de procedimentos e de ações complementares para o aperfeiçoamento e melhoria da rede de áreas protegidas na Amazônia. Será estabelecida uma estrutura de gestão que estimula a implementação de estratégias voltadas para a conservação da biodiversidade em áreas públicas e privadas, incluindo terras indígenas com ativa participação dos diferentes agentes públicos e privados.

Na Amazônia, o Projeto considera 5 corredores ecológicos dispostos na Amazônia brasileira de forma a tornar as áreas protegidas menos isoladas, restaurando os intercâmbios genéticos entre ecossistemas da Amazônia e da Mata Atlântica. Isso aumentará a chance de sobrevivência de muitas espécies ameaçadas. Implementar esses corredores envolverá as comunidades locais em um esforço de promover o desenvolvimento sustentável, como está ocorrendo, por exemplo, na Estação Ecológica de Mamirauá - AM.

O Corredor da Amazônia Central é formado por aproximadamente 240.000 km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 80.000 km<sup>2</sup> são unidades de conservação de uso direto e indireto e 53.000 km<sup>2</sup> de áreas indígenas já decretadas.

Atravessando as bacias dos rios Solimões e Negro o Corredor Ecológico da Amazônia Central está quase totalmente inserido no Estado do Amazonas. Este corredor é de extrema importância para a conservação da biodiversidade Amazônica porque além de atravessar vários rios de primeira grandeza (como rio Jutai, Japurá, Juruá, Solimões, Tefé e Negro) contém centenas de lagos de várzea e de terra firme, igarapés e paranás. E também é o único que atinge formações tanto do período Terciário (terras firmes e áreas de água preta) como do período Quaternário (várzeas formadas pela deposição de sedimento das águas brancas).

Este corredor contém várias centenas de espécies de peixes e de outros organismos aquáticos além de uma fauna e flora terrestre única de ambientes da terra firme e de áreas inundáveis. O terreno é relativamente plano e a maioria das terras não ultrapassa 200 metros de altitude.

Apresenta peixes de importância econômica para alimentação humana, peixes ornamentais, espécies da fauna ameaçados de extinção ou espécies de interesse público, bem como espécies da fauna e flora utilizadas para subsistência.

Como prioridade para a consolidação do projeto Corredores Ecológicos está a implantação das Unidades de Conservação ali existentes.

### **Área Prioritária de Conservação da Amazônia**

Uma das principais características usadas na separação das ecorregiões do bioma amazônico foram os grandes interflúvios. A importância dos grandes rios amazônicos como barreiras biogeográficas tem sido ressaltada desde que os primeiros naturalistas iniciaram a exploração científica da região.

Com base em estudos e observações científicas a utilização de regiões interfluviais, principalmente nas regiões do baixo e médio curso dos rios, como um dos critérios na separação das ecorregiões do bioma amazônico e, usadas como unidades biogeográficas de análise para conservação é bem fundamentada, porque estas possuem limites naturais bem definidos que tratam de diferenças na história evolutiva e, portanto, na distribuição de comunidades naturais.

O isolamento de áreas protegidas pode comprometer a viabilidade de populações residentes. Assim, devem ser priorizadas áreas que possibilitem a conexão entre si.

Como áreas prioritárias para inventários SILVA *et al.* (1999) citam as seguintes regiões próximas à UC: a) regiões de interflúvios em basicamente toda a bacia amazônica e, b) áreas de transição vegetal, como floresta de transição com faixas de tensão ecológica.

Na região do Interflúvio do Japurá/Solimões – Negro existem cerca de 17 tipos de vegetação, sendo que apenas 9 destes estão presentes em Unidades de Conservação. Esta região foi considerada pelo Workshop de Macapá que aconteceu em 1999 como área de prioridade máxima para proteção.

O Interflúvio do Japurá/Solimões – Negro abrange 5,73% de toda a Amazônia, com 17 tipos vegetacionais sendo que apenas 9 estão representados em unidades de conservação (FERREIRA, 1999).

### **Plano Ambiental do Estado do Amazonas - PAEA**

Tem como objetivo orientar as ações governamentais e da coletividade, no sentido de que o desenvolvimento sócio-econômico se realize de forma associada à utilização equilibrada dos recursos do Meio Ambiente, dessa

forma promovendo-se a elevação da qualidade de vida das populações do Amazonas. Este Plano é desenvolvido pelo IPAAM.

### **Projeto Expansão e Consolidação de Áreas Protegidas na Região Amazônica do Brasil**

O objetivo geral do projeto é expandir e consolidar um Sistema de Áreas Protegidas bioma amazônico do Brasil, capaz de assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

Este objetivo será conduzido no prazo de 10 anos, considerando três fases de implantação do projeto. Na primeira fase a legislação do SNUC aprovada garantirá a identificação de novas áreas para criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral, feita por uma coordenação no âmbito do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Na fase seguinte, fase II, serão avaliados os mecanismos de apoio aos Estados e Municípios a descentralização das atividades de manutenção de UC's.

E na terceira e última fase do projeto caracteriza-se pela consolidação das áreas criadas e dos mecanismos e procedimentos para garantir uma sustentabilidade financeira para as Unidades de Conservação de Proteção Integral. Estão sendo previstos recursos financeiros de diversas fontes para a implantação deste Projeto.

Os objetivos específicos do projeto são: 1) desenvolver atividades contínuas de identificação e seleção de novas áreas destinadas a criação de Unidades de Conservação; 2) promover a consolidação física de Unidades selecionadas em nível federal e apoiar a consolidação física das Unidades estaduais e municipais; 3) criar, implantar e promover a consolidação física de novas UC e; 4) identificar, selecionar, implantar ou adaptar sistemáticas de manutenção de UC selecionadas.

O Projeto de expansão de áreas protegidas proposto conta com o apoio político formal do Governo brasileiro, desde 1998, ocasião em que houve o comprometimento de expandir inicialmente, as áreas de estrita proteção na Amazônia, cobrindo, pelo menos, 10% do bioma, representando cerca de 37 milhões de hectares. Esta proposta está também respaldada pelo Congresso Brasileiro, que igualmente recomenda a proteção de pelo menos 10% das florestas brasileiras.

Durante o período de detalhamento do Projeto, bem como no curso de sua implementação, serão preparados estudos objetivando indicar as formas e os mecanismos mais adequados para a Manutenção de Unidades de Conservação e, até mesmo, para sua implantação. Um dos mecanismos em análise é aquele adotado pelo PPG7 na execução de Projetos Demonstrativos. No primeiro ano de execução do Projeto está prevista a



criação de um Fundo Fiduciário no valor de US\$ 20 milhões (com aporte do GEF, do Governo Brasileiro e de outros doadores) para apoiar a manutenção de UC. Para sua operacionalização este Fundo poderá inicialmente utilizar-se da estrutura de fundos já existentes.

Estima-se que o custo total do projeto na primeira fase é de US\$ 63 milhões distribuídos em 6 áreas, a saber: identificação de áreas para criação de novas Unidades; consolidação de Unidades já existentes; criação, implantação e consolidação de novas UC; manutenção das Unidades; monitoramento e avaliação ambiental e gerenciamento, monitorais e avaliação do projeto.

Os custos totais do Projeto para os 10 anos de implantação estão estimados em US\$ 250 milhões.

#### **4.6. Visão das Comunidades sobre a Unidade de Conservação**

Durante a viagem de campo foi possível perceber que a maior parte da comunidade do entorno não tem conhecimento da existência de uma Unidade de Conservação. Os habitantes que manifestaram alguma noção sobre a existência de uma área protegida fizeram de maneira equivocada.

Como não existiam moradores no interior da UC, segundo relatórios elaborados na época da criação, a criação das Unidades não trouxe nenhum impacto para a comunidade local, mesmo por que até o momento nenhuma atividade contínua tem sido desenvolvida pelo o IBAMA.